



GRUPO DE TRABALHO PARA O PARLAMENTO DIGITAL

Ata n.º 11/XIII/2ª SL

Deputados presentes na Reunião de 02/11/2016

Coordenador	Jorge Lacão
Ricardo Baptista Leite	PSD
Ivan Gonçalves	PS
João Pinho de Almeida	CDE-PP
Bruno Dias	PCP
Sandra Pereira (Suplente)	PSD

Em representação do PEV esteve presente a respetiva Chefe de Gabinete, Dra. Joana Silva.

Aos 02 dias do mês de novembro de 2016, pelas 15H00 horas, reuniu o Grupo de Trabalho para o Parlamento Digital, na sala D. Maria, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Ponto de situação dos trabalhos em curso;

O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho para o Parlamento Digital (GTPD), Deputado Jorge Lacão, cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos.



Em relação ao Canal Parlamento, foi distribuído a todos o documento com a descrição e propostas dos Serviços, que tinha sido pedido em reunião anterior.

O Coordenador pediu a todos que vejam o documento para apreciação e eventual debate em reunião posterior. Admitiu que seria interessante contar com os contributos do Conselho de Direção do Canal Parlamento, embora dois dos membros do GT sejam também membros do Conselho, pelo que poderão fazer a ponte entre os dois órgãos.

Disse também que esse documento será colocado na página do GT na ARNET, à semelhança de todos os restantes documentos de trabalho, para consulta pelos membros do GT.

Relativamente à interoperabilidade documental, o Coordenador perguntou aos Serviços qual o ponto de situação, tendo a Diretora da DSATS, Dra. Cláudia Ribeiro, esclarecido que tinham já sido concluídos os fluxos entre órgãos de soberania, que tinham sido enviados aos serviços jurídicos do Governo e da Presidência da República para validação.

Em relação aos encontros de informáticos, a Diretora do CINF, Dra. Antonieta, referiu que, na sequência da última reunião, tinha percebido que a Presidência da República não tem ainda condições técnicas para avançar para a interoperabilidade, visto não ter qualquer sistema de gestão documental ou base de dados de apoio ao processo legislativo. Em relação ao Governo, terá que ser feito um upgrade do sistema de gestão documental. Assim, o prazo apontado é o final do 1º semestre do próximo ano.

Em relação à Desmaterialização do Processo Legislativo, a Diretora da DSATS disse que tinha sido criado um GT dos Serviços, com juristas das três divisões que compõem a DSATS e têm intervenção no processo legislativo, para fazer o levantamento da tramitação com vista à próxima construção do *workflow*. O prazo estimado de um mês para conclusão desse trabalho, que era necessariamente complexo e implicaria uma sobrecarga dos



colegas encarregues do mesmo, que continuariam a desenvolver em paralelo as suas funções em cada serviço, seria cumprido. Posteriormente, esse trabalho teria que ser retomado pelo CINF para construção do workflow.

Quanto à definição dos requisitos legais para criar uma plataforma que permita recolher eletronicamente assinaturas de cidadãos/eleitores para as petições, Iniciativa Legislativa dos Cidadãos e Iniciativa de Referendo dos Cidadãos, a Diretora da DSATS recordou que já tinha feito chegar esse levantamento ao GT.

O Coordenador perguntou à Diretora do CINF quanto tempo levaria a implementação dessa plataforma em termos técnicos, tendo esta esclarecido que reuniria primeiro com a DSATS para esclarecer eventuais dúvidas, a fim de validarem todos os requisitos técnicos, após o que seria dado um prazo de implementação.

Em relação à reformulação do site, o Coordenador quis saber o ponto de situação da construção dos novos textos para explicar cada separador e perguntou qual o ponto de situação sobre a melhoria do motor de busca existente no site, tendo a Dra. Antonieta explicado que está em curso um trabalho de melhoria do atual motor de busca, que será apresentado brevemente.

O Sr. Secretário-Geral deu nota da reunião realizada com os membros do Governo no âmbito da desmaterialização do processo legislativo.

Por último, o Coordenador do GT referiu que na reunião realizada em Genebra, por ocasião da 135ª Assembleia da União Interparlamentar (UIP), tinha tido oportunidade de assistir a uma apresentação sobre a Votação Eletrónica e a sua utilização para eleições, tendo referido que seria



pertinente avaliar se o nosso sistema poderia ser utilizado também para essa finalidade.

A Diretora da DSATS chamou a atenção para o facto de, relativamente a eleições, o escrutínio ser sempre secreto, como resulta do Regimento, sendo certo que o atual sistema de votação eletrónica não permite assegurar que a votação seja secreta. Em todo o caso, poder-se-á solicitar à empresa que criou o sistema eletrónico de votação que se pronuncie sobre a exequibilidade de custos de adaptar o atual sistema para esses casos.

Foi ainda deliberado, a pedido do Coordenador, que se aprofundasse mais esta temática, designadamente colhendo experiências de outros Parlamentos e do CERDP para perceber em que condições os sistemas de votação eletrónica são usados nos parlamentos.

O Coordenador deu por encerrada a reunião, propondo que a próxima reunião se realizasse no dia 24 de novembro pelas 15H30.

Palácio de São Bento, 02 de novembro de 2016

O Coordenador do Grupo de Trabalho para o Parlamento Digital,

Jorge Lacão